Este artigo é parte integrante do Vol. 11 ▪ n. 1 ▪ Junho | 2025 ensaiosteologicos.fbp.edu.br

Revista
ENSAIOS TEOLÓGICOS
Online ISSN 2447-4878

doi.org/10.58855/2447-4878.v11.n1.009

Ensaios Teológicos está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações - 4.0 Internacional

OS DEZ MANDAMENTOS ESTABELECEM UMA BASE ÉTICA UNIVERSALMENTE VÁLIDA?

Do the Ten Commandments establish a universally valid ethical foundation?

Pedro Henrique Winter[1]

RESUMO

Este artigo explora a validade de se considerar os dez mandamentos como uma base ética universalmente válida. Destacando a origem dos Dez Mandamentos, seu contexto histórico e religioso tanto no momento do recebimento como nas gerações subsequentes. Na tradição judaica, os Dez Mandamentos são fundamentais para a vida religiosa e ética, sendo a base da Torah e desempenhando um papel crucial na educação religiosa. No cristianismo, Jesus reafirma e expande esses mandamentos, enfatizando o amor a Deus e ao próximo. Eles também têm impacto em outras religiões como Islamismo, Espiritismo, Mormonismo e Testemunhas de Jeová, refletindo princípios éticos universais. Além de seu valor religioso, os Dez Mandamentos influenciaram profundamente a legislação e a moralidade no mundo ocidental, servindo como base para leis contemporâneas contra homicídio, roubo e perjúrio. Eles moldaram aspectos culturais e sociais na educação, literatura e artes, além de terem sido associados a movimentos sociais como a abolição do Sati na Índia, impulsionada pelo missionário William Carey. Os mandamentos abrangem desde a exclusividade na adoração a Deus até a ética nas relações interpessoais, como honrar os pais, preservar a vida, manter a fidelidade conjugal, respeitar a propriedade alheia, ser verdadeiro e rejeitar a cobiça. Este estudo oferece uma compreensão clara do significado histórico, religioso e cultural dos Dez Mandamentos, mostrando como eles continuam a moldar a moralidade e influenciar a legislação na sociedade moderna.

[1] O autor é graduando em Teologia pela Faculdade Batista Pioneira; Mestrando em Estudos Teológicos pelo Southwestern Baptist Theological Seminary; Bacharel em Administração pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; e Pós-Graduado em Finanças e Mercado de Capitais pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Atua como seminarista na Primeira Igreja Batista em Ijuí. ORCID: https://orcid.org/0009-0009-6000-6651. E-mail: pedrohwinter@gmail.com

Palavras-chave: Dez Mandamentos. Ética. Fundamentos Morais.

ABSTRACT

This article explores the validity of considering the Ten Commandments as a universally valid ethical foundation. It examines their origin, historical and religious context at the time of reception and in subsequent generations. In Jewish tradition, the Ten Commandments are fundamental to religious and ethical life, forming the basis of the Torah and playing a crucial role in religious education. In Christianity, Jesus reaffirms and expands these commandments, emphasizing love for God and neighbor. They also impact other religions such as Islam, Spiritism, Mormonism, and Jehovah's Witnesses, reflecting universal ethical principles. Beyond their religious value, the Ten Commandments have profoundly influenced legislation and morality in the Western world, serving as a basis for contemporary laws against homicide, theft, and perjury. They have shaped cultural and social aspects in education, literature, and the arts, and have been associated with social movements such as the abolition of Sati in India, promoted by missionary William Carey. The commandments range from exclusivity in worshiping God to ethics in interpersonal relationships, such as honoring parents, preserving life, maintaining marital fidelity, respecting others' property, being truthful, and rejecting covetousness. This study provides a clear understanding of the historical, religious, and cultural significance of the Ten Commandments, demonstrating how they continue to shape morality and influence legislation in modern society.

Keywords: Ten Commandments. Ethics. Moral Foundations.

INTRODUÇÃO

Na sociedade atual, a aceitação de padrões éticos universais enfrenta uma resistência crescente, especialmente no contexto de um mundo pós-moderno. Este período é marcado pelo relativismo, onde a verdade é vista como subjetiva e individual, e cada pessoa ou cultura reivindica sua própria versão da moralidade. A noção de uma ética absoluta, como a dos Dez Mandamentos, muitas vezes é desafiada por ideologias que promovem a diversidade de perspectivas e a coexistência de múltiplas verdades, dificultando a imposição de um conjunto único de normas éticas.

Essa mudança ideológica cria uma complexidade adicional ao julgar comportamentos éticos de outros indivíduos e culturas. O conceito de tolerância e respeito pelas diferenças se torna predominante, tornando difícil condenar ou aprovar práticas com base em um código moral universal. A globalização e a interconectividade amplificam essa dificuldade, pois os valores e normas de uma cultura podem entrar em conflito com os de outra.

Os Dez Mandamentos representam um conjunto essencial de princípios de morais que foram entregues por Deus a Moisés no Monte Sinai. Estes mandamentos estabelecem diretrizes fundamentais para a conduta humana, abordando deveres tanto para com Deus, como o reconhecimento da sua exclusividade com Deus e a proibição da idolatria, quanto para com outros indivíduos, como a proibição do homicídio, roubo e falsidade testemunhal.

O valor religioso dos Dez Mandamentos é inquestionável, pois eles formam a base de três das principais religiões do mundo: judaísmo, cristianismo e islamismo. O judaísmo, com cerca de 14 milhões de seguidores, os vê como centrais na Torá, moldando a vida religiosa e

social. O cristianismo, com 2,3 bilhões de adeptos, os considera alicerces morais, promovendo uma ética de amor e justiça. No islamismo, com 1,8 bilhões de seguidores, princípios similares estão enraizados no Alcorão e na Sunnah, guiando a conduta ética dos seus adeptos.

Entretanto, este artigo visa explorar mais do que apenas o valor religioso dos Dez Mandamentos; busca investigar se eles podem ser considerados um código ético universalmente válido. Ao examinar suas raízes históricas, impacto cultural e interpretações contemporâneas, pretende-se oferecer uma visão abrangente sobre como esses preceitos continuam a moldar o pensamento ético e moral em diversas tradições religiosas e seculares. Com isso, procura-se compreender a perenidade desses princípios e sua capacidade de orientar tanto indivíduos quanto sociedades inteiras em direção a uma vida de integridade e justiça.

Para desenvolver essa investigação, o artigo será organizado em quatro partes. Inicialmente, serão apresentados os fundamentos dos Dez Mandamentos, considerando suas origens, sua função religiosa e sua importância cultural e social. Em seguida, cada um dos mandamentos será analisado, distinguindo-se aqueles que orientam a relação do ser humano com Deus daqueles que regulam as relações interpessoais. Na terceira parte, os fundamentos éticos dos Dez Mandamentos serão comparados com os de diferentes tradições filosóficas, religiosas e históricas, incluindo a ética bíblica, a filosofia grega, os códigos éticos das civilizações antigas, o pensamento medieval e as perspectivas modernas. Por fim, examinar-se-á a relevância contemporânea desses princípios nos âmbitos pessoal, jurídico e social, buscando evidenciar sua contribuição para a reflexão sobre a validade universal dos fundamentos morais. Esse percurso permite avaliar tanto a influência dos Dez Mandamentos na formação de valores morais quanto as possibilidades e os limites de considerá-los uma base ética universalmente válida.

1. FUNDAMENTOS DOS DEZ MANDAMENTOS

Os Dez Mandamentos, também conhecidos como Decálogo, são um conjunto de leis morais e religiosas que foram dadas por Deus a Moisés no Monte Sinai, servindo como um código de conduta para os israelitas.[2] Horton afirma que a os Dez Mandamentos são um resumo do acordo pactual entre Deus e os israelitas.[3] Por meio de um pacto solene, Israel foi feito nação sacerdotal – separada de todas as nações, para poder ser instruída na verdade divina e finalmente levar a luz a todas as nações.[4] Neste ponto será examinado o contexto histórico e religioso dos dez mandamentos, destacando suas origens, desenvolvimento e importância na tradição religiosa judaico-cristã e seu impacto cultural e social.

[2] CHILDS, B. S. **The Book of Exodus**: a critical, theological commentary. Louisville: Westminster John Knox, 1974, p. 35.

[3] HORTON, Michel. **A lei da perfeita liberdade**: a ética bíblica a partir dos Dez Mandamentos. São Paulo: Cultura Cristã, 2000, p. 21.

[4] PEARLMAN, M. **Através da Bíblia livro por livro**. Rio de Janeiro: CPAD, 1964, p. 34.

1.1 Origens e desenvolvimento

Os Dez Mandamentos foram dados ao povo israelita durante um período crucial de sua história. Inicialmente convidados no Egito durante a época de José, um patriarca hebreu de destaque, os israelitas foram posteriormente reduzidos à condição de escravos com a ascensão de novos faraós que não conheciam José. Os israelitas foram forçados a realizar trabalhos árduos na construção de monumentos e cidades faraônicas, vivendo sob um império poderoso e avançado, conhecido por suas construções impressionantes e sua religião politeísta, que adorava diversos deuses associados a diferentes aspectos da vida e da natureza.

A opressão dos israelitas no Egito levou Deus a chamar Moisés para libertar seu povo, culminando no Êxodo, um evento icônico onde os israelitas fugiram do Egito em busca de uma nova identidade como nação livre. Após várias pragas enviadas por Deus para pressionar o faraó, Moisés liderou os israelitas na fuga através do Mar Vermelho, iniciando uma jornada desafiadora pelo deserto rumo à Terra Prometida, Canaã. Durante essa jornada, enfrentaram escassez de alimentos e água, e momentos de dúvida e desobediência.

Três meses após a saída do Egito, os israelitas chegaram ao Monte Sinai, onde Deus decidiu estabelecer um pacto formal com seu povo. Moisés subiu ao monte e recebeu os Dez Mandamentos esculpidos em tábuas de pedra, em um evento marcado por manifestações impressionantes da presença divina, como trovões, relâmpagos e uma nuvem espessa. Essas manifestações destacavam a solenidade e a importância das leis entregues, que eram princípios fundamentais da nova aliança entre Deus e Israel. Como a constituição é um dos aspectos essenciais para a formação de uma nação, a entrega dessas leis é considerada por muitos como o marco do início de Israel como uma nação distinta e unificada.

1.2 Função religiosa

Na tradição judaica, os Dez Mandamentos são conhecidos como “Asseret Hadibrot” (As Dez Palavras) e são vistos como o resumo da Torah, condensando os princípios fundamentais que governam a vida religiosa e ética de Israel. [5] Eles fornecem uma base moral e ética clara que orienta o comportamento dos judeus, abordando tanto a relação com Deus quanto com o próximo, promovendo justiça, integridade e responsabilidade.[6] Além disso, desempenham um papel crucial na educação religiosa, sendo memorizados e recitados desde a infância para garantir a continuidade da fé e da prática judaica.[7]

Dentro da liturgia judaica, a entrega dos Dez Mandamentos no Monte Sinai é celebrada na festa de Shavuot. Além disso, eles constituem a base para a observância do Shabat, o dia de descanso no sábado, que é um dos pilares das práticas religiosas judaicas.

[5] FRETHEIM, T. E. **Exodus**. Westminster John Knox, 1991, p. 238.
[6] WRIGHT, C. J. H. **Old Testament ethics for the people of God**. Chambersburg: InterVarsity, 2004, p. 152.
[7] TELUSHKIN, J. **Biblical Literacy**: the most important people, events, and ideas of the Hebrew Bible. Nova Iorque: William Morrow, 2000, p. 37.

Os Dez Mandamentos desempenham também um papel central nos escritos rabínicos e na literatura do restante da Tanakh. Nos escritos rabínicos, conhecidos como a literatura do Talmud e do Midrash, os Dez Mandamentos são frequentemente citados e discutidos como fundamentos da ética e da lei judaica. Os rabinos analisam cada mandamento detalhadamente, explorando suas implicações legais, morais e espirituais. Por exemplo, o mandamento de "Não matarás" é interpretado não apenas como a proibição do homicídio, mas também como uma proibição de causar qualquer dano físico ou emocional a outro ser humano (Sanhedrin 57a). Além disso, os rabinos usam os Dez Mandamentos como um meio para discutir conceitos mais amplos, como a justiça, a compaixão e a santidade, ligando-os a outras partes da lei judaica e aos ensinamentos éticos.[8]

No restante da Tanakh, os Dez Mandamentos são reiterados e referenciados em diversos contextos. Os profetas, por exemplo, faziam frequentes alusões aos princípios dos Dez Mandamentos, condenando o povo por violar essas leis e chamando-os ao arrependimento e à fidelidade a Deus (Jr 7.9-10). O Livro dos Salmos e os Provérbios incorporam temas dos Dez Mandamentos em suas reflexões poéticas e sapienciais, mostrando como esses mandamentos informam a sabedoria e a conduta moral.

Na tradição cristã, os Mandamentos são frequentemente interpretados à luz dos ensinamentos de Jesus, que enfatizou a centralidade do amor a Deus e ao próximo como a essência da lei (Mt 22.37-40). Jesus Cristo, reafirma a importância dos Mandamentos, mas também os expande e aprofunda. No Sermão da Montanha, por exemplo, Jesus menciona explicitamente alguns dos Mandamentos e oferece interpretações mais abrangentes. Ele explica que não apenas o ato de cometer adultério é pecaminoso, mas até mesmo olhar com desejo é uma violação da lei moral (Mt 5.27-28). Da mesma forma, Jesus expande o mandamento de "Não matarás" para incluir a proibição da raiva injustificada e do ódio contra o próximo (Mt 5.21-22).

Para Reifler, não há ruptura entre a revelação de Cristo, e a revelação de Deus no Antigo Testamento, pois ambos os testamentos formam uma unidade essencial.[9] O evangelho de Mateus relata que Cristo afirmou não ter vindo para revogar a lei, mas para cumpri-la, reforçando a continuidade e a integralidade dos ensinamentos bíblicos (Mt 5.17-18).

Os apóstolos, particularmente Paulo, também se referem frequentemente aos Dez Mandamentos em suas epístolas. Paulo vê os Mandamentos como essenciais para a conduta ética dos cristãos, mas também enfatiza que a lei deve ser cumprida no espírito do amor e não apenas na letra. Em Romanos 13.9-10, Paulo cita vários dos Dez Mandamentos, incluindo "Não adulterarás", "Não matarás", "Não furtarás" e "Não cobiçarás", concluindo que todos esses preceitos são resumidos no mandamento de "Amarás o teu próximo como a ti mesmo".

Além da função normativa, tanto no judaísmo como no cristianismo, os Dez Mandamentos têm um significado espiritual relevante. Eles representam, a vontade de Deus para a humanidade, oferecendo o caminho para que ela viva em harmonia com Deus. Esta dimensão espiritual é particularmente evidente nos primeiros mandamentos, que focam na

[8] FRETHEIM, 1991, p. 213.
[9] REIFLER H. U. **A Ética dos Dez Mandamentos**. São Paulo: Vida Nova, 1992, p. 44.

relação entre Deus e o homem, estabelecendo a exclusividade da adoração a Deus e o respeito pelo seu nome e pelo Seu dia sagrado.[10]

Fora do judaísmo e do cristianismo, os Dez Mandamentos também influenciaram diversas religiões e movimentos religiosos, incluindo o Islamismo, o Espiritismo, os Mórmons e as Testemunhas de Jeová. No Islamismo, princípios similares aos Dez Mandamentos são encontrados no Alcorão e nos Hadiths. Por exemplo, o Alcorão enfatiza a importância do monoteísmo, a honestidade e a justiça, ecoando os mandamentos de não ter outros deuses, não roubar e não dar falso testemunho.[11]

Allan Kardec, o fundador do Espiritismo, reconhece os mandamentos como diretrizes éticas essenciais para o desenvolvimento moral e espiritual.[12] Para os Mórmons, os Dez Mandamentos são parte integrante de sua doutrina e práticas. O Livro de Mórmon e outras escrituras mórmons reiteram a importância dos mandamentos como princípios eternos dados por Deus.[13] Da mesma forma, as Testemunhas de Jeová consideram os Dez Mandamentos como instruções divinas que devem ser seguidas, embora interpretem certos mandamentos, como o do sábado, de maneira diferente, focando mais na observância de princípios éticos gerais.[14]

1.3 Importância cultural e social

Além de seu valor religioso, os Dez Mandamentos têm sido um ponto de referência para a legislação e a moralidade no mundo ocidental. Muitas das leis contemporâneas sobre homicídio, roubo e perjúrio, por exemplo, encontram seus fundamentos nos princípios estabelecidos por eles.[15]

Para os judeus, os Dez Mandamentos possuem uma importância cultural e social significativa, sendo considerados a base da constituição divina dada por Deus à nação de Israel. Eles não se limitam à esfera religiosa, mas moldam todos os aspectos da vida judaica, influenciando tanto suas leis quanto sua cultura. Souza afirma que as leis encontradas no Pentateuco formam a base não apenas da religião judaica, mas da sociedade hebraica como um todo.[16]

Na cultura ocidental, eles influenciaram significativamente o desenvolvimento de sistemas jurídicos e éticos. Princípios como a proibição do roubo, do assassinato e do falso testemunho foram incorporados nas legislações de muitos países ocidentais, servindo como bases morais para a formulação de leis civis e penais. A Declaração Universal dos Direitos

[10] BRUEGGEMANN, W. **Sabbath as resistance**: saying no to the culture of now. Louisville: Westminster John Knox, 2014, p. 35.
[11] SAEED, A**. Islamic thought**: an introduction. Londres: Routledge, 2007, p. 145.
[12] KARDEC, A. **O Livro dos Espíritos**. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 1857, p. 112.
[13] SMITH, J. **O Livro de Mórmon**. Salt Lake City: The Church of Jesus Christ of Latter-day Saints, 1830, p. 28.
[14] WATCH TOWER BIBLE AND TRACT SOCIETY. **Raciocínios à base das Escrituras**. Nova Iorque: Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania, 2006, p. 89.
[15] WRIGHT, 2004, p. 192.
[16] SOUZA, Renan D. **O ensino da Bíblia e a educação cristã**: reflexão teológica em Deuteronômio 6:4-9. Cachoeira: Revista Hermenêutica, 2013, p. 15.

Humanos, por exemplo, reflete esses princípios ao enfatizar o direito à vida, à propriedade e à justiça.[17]

Um exemplo histórico dessa influência social dos Dez Mandamentos é o trabalho de William Carey na Índia. Como missionário britânico, Carey mobilizou esforços globais para acabar com a prática do Sati, onde viúvas eram queimadas vivas junto com os corpos de seus maridos. Carey argumentou que essa prática violava o mandamento de não matar, e seu trabalho foi fundamental para sua abolição.[18]

Valores como a honestidade, a integridade e o respeito às autoridades são reforçados por meio da educação, literatura e artes, refletindo a ética dos Dez Mandamentos. A ética de trabalho protestante, que teve um impacto profundo na cultura ocidental, também encontra suas raízes em parte nos princípios dos Dez Mandamentos, promovendo a diligência, a responsabilidade e a honestidade no trabalho.[19] Assim, os Dez Mandamentos não apenas orientam a moralidade individual, mas também ajudam a definir os padrões culturais e sociais que sustentam a coesão e a ordem, especialmente nas sociedades ocidentais.

2. ANÁLISE DETALHADA DOS MANDAMENTOS

Nesta seção, os Dez Mandamentos serão examinados individualmente, considerando seus significados, suas implicações éticas e sua relevância para a vida pessoal e comunitária. Para organizar a análise, os mandamentos serão divididos em dois grupos: o primeiro ao quarto, relacionados à adoração, à reverência e à dedicação a Deus; e o quinto ao décimo, voltados às relações humanas e a princípios como honra, preservação da vida, fidelidade, respeito à propriedade, veracidade e contentamento. Essa divisão permitirá observar como o Decálogo articula as responsabilidades diante de Deus e os deveres para com o próximo, oferecendo uma perspectiva abrangente sobre seus fundamentos éticos.

2.1 Primeiro ao quarto Mandamentos

O primeiro mandamento é: “Não terás outros deuses diante de mim (Êxodo 20:3). O primeiro mandamento é o testemunho da singularidade e exclusividade de Deus, é nele que Deus releva Seu caráter, Seu ser e a Sua ação. Em outras palavras, nele Deus revela quem Ele é: O único Deus. Não é possível desenvolver uma ética cristã sem conhecê-lO.[20] Molnar afirma que esse é o primeiro mandamento porque ele também contradiz a principal tendência humana de localizar o divino em nós mesmos e colocar nosso ego exaltado no foco da adoração e de se considerar o centro da criação.[21] Em outras palavras, a afirmação do primeiro mandamento atinge diretamente a idolatria.

[17] HOLLENBACH, D. **The common good and christian ethics**. Cambridge: Cambridge University, 2002, p. 89.
[18] SMITH, G. **William Carey and the Reform of Sati**. Cambridge: Journal of Ecclesiastical History, 1990, p. 45
[19] WEBER, M. **The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism**. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons, 1905, p. 123.
[20] REIFLER, 1992, p. 59.
[21] MOLNAR, T. **The Pagan Temptation**. São Francisco: Ignatius, 2005, p. 37

A finalidade do primeiro mandamento é explicitar que Deus deseja ter a prioridade sobre Seu povo e exercer plenamente Seus direitos.[22] Para Reifler, "nós não precisamos de deuses, porque podemos confiar na suficiência de Deus". A implicação ética é que a lealdade a Deus deve preceder todas as outras lealdades, moldando a moralidade pessoal e comunitária.[23]

O segundo mandamento, "Não farás para ti imagem de escultura", reflete a preocupação divina com a idolatria e a adoração de ídolos. Ele proíbe não apenas a criação física de imagens para adoração, mas também a reverência a objetos criados em detrimento da adoração ao Deus verdadeiro. Este mandamento visa preservar a pureza da fé e a reverência adequada a Deus, sem que seja contaminada por formas de adoração que desviam a devoção genuína. O teólogo holandês J. Van Imschoot aponta que o antigo conceito de imagem "não era apenas uma semelhança do ser representado, mas participava dele, em certo sentido era ele mesmo".[24]

A interpretação desse mandamento tem sido amplamente discutida dentro da teologia judaico-cristã, especialmente em relação à arte sacra e à representação religiosa.[25] Recentemente, a série "The Chosen" suscitou um novo debate sobre o que constitui idolatria.[26] Enquanto alguns pastores permitem o uso de imagens para fins didáticos, outros são mais rígidos e consideram qualquer uso da imagem de Jesus ou de Deus como uma violação do segundo mandamento.[27] No entanto, a implicação ética do segundo mandamento é clara: a devoção a Deus não deve ser substituída por representações materiais ou simbólicas, enfatizando a necessidade de uma fé pura e direta na prática religiosa.

O terceiro mandamento, "Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão", enfatiza a santidade do nome de Deus e proíbe seu uso de maneira irreverente, falsa ou sem significado. Este mandamento reflete a importância de tratar o nome de Deus com respeito e reverência, destacando-o como algo sagrado e não sujeito a uso indevido ou casual. Para Molnar, esse mandamento é essencial porque protege contra a banalização do sagrado e reafirma a seriedade da relação entre o divino e o humano.[28]

Reifler afirma que a finalidade do terceiro mandamento é afirmar a santidade de Deus. Por isso ele poderia ser traduzido como "não usar o nome de Deus para o mal". Isso ocorre em situações como "quando O amaldiçoamos alguém, quando empregamos o nome de Deus sem pensar, quando O invocamos em cerimônias ocultas e quando juramos levianamente".[29] Portanto, a implicação ética é que o respeito ao nome de Deus não se limita apenas à

[22] CALVINO, J. **As Institutas ou Tratado da Religião Cristã**. São Paulos: CEP, 1985, p. 142.
[23] CHILDS, 1974, p. 412.
[24] IMSCHOOT, P. V. **Imagens**, in: Dicionário Enciclopédico da Bíblia. São Paulo: Vozes, 1977, p. 715.
[25] VON RAD, G. **Old Testament Theology, Volume I**: The Theology of Israel's Historical Traditions. Nova Iorque: Harper & Row, 1966, p. 103.
[26] CHAGAS, T. **'The Chosen': série viola ordens bíblicas e desperta idolatria, criticam pastores.** Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/the-chosen-viola-biblicas-idolatria-pastores-163843.html> Acesso em 22 jun 24.
[27] REIFLER, 1992, p. 79.
[28] MOLNAR, 2005, p. 102.
[29] REIFLER, 1992, p. 81.

linguagem, mas também abrange a integridade e a autenticidade nas promessas, juramentos e compromissos feitos em nome de Deus.

O quarto mandamento, "Lembra-te do dia de sábado, para o santificar", ordena a observância do sábado como um dia sagrado de descanso e adoração. Este mandamento destaca a importância de reservar um tempo dedicado a Deus e ao descanso espiritual e físico. Segundo Molnar, o sábado representa uma pausa na atividade humana para refletir sobre o propósito divino e realinhar-se com as prioridades espirituais.[30]

A interpretação deste mandamento também suscita diversas discordâncias entre as diferentes linhas teológicas, tornando crucial examiná-lo à luz da perspectiva de Jesus Cristo. Jesus frequentemente criticava os fariseus e saduceus por sua interpretação rigorosa do sábado, acusando-os de distorcer a verdadeira essência da lei divina. Ele demonstrava que não era proibido comer no sábado, mesmo que isso envolvesse debulhar espigas para obter alimento, nem era errado realizar atos de bondade neste dia sagrado.[31]

Reifler argumenta que os fariseus transformaram a ética em uma filosofia defensiva e limitadora, mais preocupada em evitar transgressões e estabelecer fronteiras legais do que em promover uma ética construtiva, alegre e positiva.[32] Eticamente, este mandamento encoraja um equilíbrio saudável entre trabalho e descanso, destacando que o propósito da vida não reside em acumular bens materiais, mas sim em servir a Deus, cuidar da família e participar da comunidade de fé.

2.2 Quinto ao décimo Mandamentos

Os primeiros quatro mandamentos tratam da relação entre o homem e Deus. A partir do quinto mandamento, Deus institui leis a respeito do relacionamento entre os seres humanos.[33]

O quinto mandamento, "Honra a teu pai e a tua mãe", estabelece a importância do respeito, reverência e cuidado pelos pais. Childs afirma que este mandamento não apenas estabelece a obrigação filial de respeitar e honrar os pais, mas também promove a coesão familiar e a transmissão de valores morais de uma geração para outra. A honra aos pais implica não apenas em obedecer, mas em reconhecer o valor e a importância dos pais na formação pessoal e social de um indivíduo.[34] Cabe destacar que este é o único mandamento com promessa (Ef 6.2).

Nos tempos modernos, o quinto mandamento continua a ser relevante, confrontando desafios contemporâneos como o envelhecimento da população e a dinâmica familiar em constante mudança.[35] Ele inspira debates sobre políticas públicas que promovem o bem-estar dos idosos e a valorização das relações intergeracionais, destacando sua contínua importância ética e social na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

[30] MOLNAR, 2005, p. 103.
[31] YOUNG, E. J. "Sábado" in: R. P. Shedd. **O Novo Dicionário Bíblico**. São Paulo: Vida Nova, 1962, p. 1422.
[32] REIFLER, 1992, p. 90-91.
[33] REIFLER, 1992, p. 97.
[34] CHILDS, 1974, p. 422.
[35] CAMARGO E. J. C. **Estudos de Problemas Brasileiros**. São Paulo: Atlas, 1984, p. 29.

O sexto mandamento, "Não matarás", estabelece um princípio fundamental de preservação da vida humana. Segundo Bonhoeffer, este mandamento não se limita apenas à proibição do homicídio direto, mas abrange também qualquer ato que prejudique ou ameace a vida de outro ser humano.[36]

Atualmente, o debate do que significa "Não matarás" afeta os mais diversos assuntos como pena capital, guerras, suicídio, eutanásia, aborto, infanticídio e genocídio.[37] Tratando especificamente do aborto, Reifler afirma que do ponto de vista bíblico, é impossível diferenciar entre vida em formação e vida pós-natal. O autor menciona o fato de que em Lucas 1.41 o autor bíblico menciona que João Batista, um feto de 6 meses "estremeceu de alegria com a saudação de Maria, que tinha Jesus no ventre, a sua mãe Isabel. Bem como, em Lucas 1.15, as Escrituras afirmam que Jesus seria "cheio do Espírito Santo, já desde o ventre materno".[38]

Eticamente, este mandamento fundamenta a moralidade básica da não-violência e da justiça social, enfatizando o valor intrínseco da vida e a responsabilidade pela segurança e bem-estar do próximo. Além disso, ele implica um compromisso com a promoção da paz e da reconciliação, contrapondo-se à guerra, ao homicídio e a qualquer forma de violência injustificada. Este mandamento não apenas protege a integridade física das pessoas, mas também sustenta a construção de uma sociedade baseada no respeito mútuo e na dignidade humana.

O sétimo mandamento, "Não adulterarás", estabelece um princípio ético fundamental de fidelidade e respeito nos relacionamentos conjugais. O mandamento vai além da proibição do adultério físico, abrangendo qualquer forma de infidelidade emocional ou espiritual que comprometa a integridade do casamento e a confiança entre os cônjuges.[39] Ávila afirma que "a família é o único fenômeno social, além do fenômeno religioso, que se encontra em todos os tempos e em todas as culturas".[40]

Jesus menciona que a quebra do sétimo mandamento pode ser vista como uma exceção à proibição do divórcio (Mt 5.31-32), destacando como a infidelidade compromete a integridade do relacionamento. Eticamente, esse mandamento reforça a valorização do casamento como uma instituição sagrada, fundamentada na confiança e respeito mútuo. Além disso, o sétimo mandamento desafia as normas culturais contemporâneas que tendem a trivializar a infidelidade, reafirmando a importância de manter a pureza e a santidade dos laços conjugais como fundamentais para a harmonia familiar e social.

O oitavo mandamento, "Não furtarás", estabelece um princípio ético crucial de respeito à propriedade alheia e de justiça social. Segundo Brueggemann, este mandamento vai além

[36] BONHOEFFER, D. **Ethics**. Guildford: Touchstone, 1943, p. 309.
[37] REIFLER, 1992, p. 114.
[38] REIFLER, 1992, p. 135.
[39] BONHOEFFER, 1943, p. 312.
[40] ÁVILA, F. B. **Introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: Agir, 1981, p. 220.

da proibição simples do roubo material, abrangendo qualquer forma de exploração econômica ou injustiça que prive indivíduos ou comunidades de seus direitos e recursos.[41]

Para Reifler, o oitavo mandamento apresenta nossa obrigação moral perante o próximo quanto ao dinheiro e à propriedade. "Não furtar" significa não possuir coisa alguma que não tenha sido obtida por meios lícitos e honestos.[42] Do ponto de vista ético, o mandamento enfatiza a importância da honestidade, integridade e responsabilidade no uso dos recursos materiais e na interação social. Ele promove uma sociedade onde os direitos de propriedade são respeitados, as transações são justas e os mais vulneráveis são protegidos contra exploração e privação. Além disso, o oitavo mandamento desafia as estruturas econômicas injustas que perpetuam a desigualdade social e econômica, reafirmando a responsabilidade individual e coletiva de promover a equidade e o bem-estar comum.

O nono mandamento, "Não dirás falso testemunho contra o teu próximo", estabelece um princípio ético fundamental de veracidade e justiça na comunicação. Segundo Durham, ele não se restringe apenas a evitar mentiras deliberadas, mas também inclui a obrigação positiva de falar a verdade com integridade em todas as circunstâncias.[43]

Historicamente, esse mandamento era ainda mais crucial, dado que acusações falsas poderiam resultar em punições severas, incluindo a pena de morte baseada apenas no testemunho de duas ou mais pessoas. Na esfera ética, o nono mandamento promove o respeito pela dignidade humana e protege contra a difamação injusta, exigindo responsabilidade moral na comunicação precisa e honesta para evitar distorções que possam prejudicar a reputação ou os direitos alheios. Além disso, desafia a disseminação de informações falsas e a manipulação da verdade, especialmente em contextos jurídicos e sociais onde a justiça depende da precisão e da sinceridade dos testemunhos.

Por fim, o décimo mandamento, "Não cobiçarás", aborda diretamente as inclinações internas do coração humano em relação à inveja e ao desejo descontrolado. Este mandamento inibe a cobiça em geral. Especialmente, proíbe a cobiça da mulher, dos empregados, dos animais e de todos os bens e ideias de outra pessoa.[44]

Em sua análise, Brueggemann argumenta que este mandamento visa não apenas a ação externa, mas também o desejo interno que pode levar à injustiça e à violação dos direitos dos outros.[45] A palavra hebraica para "cobiçar" implica ter uma intenção oculta no coração, que pode se manifestar posteriormente em ações concretas de furto e roubo.[46]

Portanto, O décimo mandamento, enfatiza cultivar contentamento e gratidão em vez de competição e insatisfação. Ele promove respeito pelos limites e direitos alheios, desafiando a cobiça pelo que pertence ao próximo. Além disso, destaca a importância de um coração puro

[41] BRUEGGEMANN, W. **Theology of the Old Testament**: testimony, dispute, advocacy. Minneapolis: Fortress, 2001, p. 239.
[42] REIFLER, 1992, p. 181.
[43] DURHAM, J. I. **Exodus**. Grand Rapids: Zondervan, 2017, p. 225.
[44] REIFLER, 1992, p. 229.
[45] BRUEGGEMANN, 2001, p. 66.
[46] LUTERO, M. **Livro de Concórdia**: as confissões da Igreja Evangélica Luterana. São Leopoldo: Sinodal, 1982, p. 443.

e desapegado de bens materiais para relacionamentos justos e harmoniosos na sociedade, influenciando tanto a conduta individual quanto a construção de uma comunidade ética baseada no respeito mútuo e na integridade.

3. COMPARAÇÃO ENTRE TRADIÇÕES ÉTICAS

Os dez mandamentos não são apenas normas religiosas; eles também estabelecem fundamentos éticos que têm sido debatidos e analisados ao longo da história. Neste ponto serão examinados os fundamentos da ética presentes nos dez mandamentos, explorando a base moral e a autoridade que sustentam esses preceitos, bem como seus princípios éticos e sua relevância para a ética pessoal e social.

3.1 Ética na perspectiva bíblica

Como mencionado anteriormente, a ética bíblica é profundamente enraizada nos Dez Mandamentos, que são considerados a base moral divinamente revelada para a humanidade. Esses mandamentos estabelecem princípios éticos essenciais que regulam a relação do indivíduo com Deus e com o próximo. Eles abrangem desde a adoração exclusiva a Deus até a proibição de homicídio, adultério, roubo e falsidade, promovendo uma ética de santidade e justiça que permeia toda a Bíblia (Êx 20; Dt 5).

Além dos Dez Mandamentos, os ensinamentos éticos de Jesus Cristo ocupam um papel central na Bíblia. Jesus não apenas reitera os mandamentos de amor a Deus e ao próximo como fundamentais (Mt 22.37-39; Mc 12.29-31), mas também os amplia, enfatizando o perdão (Mt 6.14-15), a misericórdia (Lc 6.36) e o amor pelos inimigos como características essenciais do Reino de Deus (Mt 5.43-48; Lc 6.27-36). Sua ética é marcada pela radicalidade do amor sacrificial (Jo 15.13) e pela promoção da justiça social (Lc 4.18-19) e da compaixão pelos marginalizados e oprimidos (Mt 25.35-40).

Paulo em suas cartas também trata amplamente da ética cristã, destacando a importância da fé em Cristo e da transformação interior pelo Espírito Santo. Paulo instrui as comunidades cristãs sobre a unidade na diversidade (Ef 4.1-6), a prática do amor fraternal (Rm 12.9-10; 1Ts 4.9), a honestidade (Ef 4.25), a pureza sexual (1Ts 4.3-5) e a submissão mútua dentro das relações (Ef 5.21; Cl 3.18-4.1). Ele ensina que, embora “tudo me seja permitido, nem tudo me convém” e que se deve buscar aquilo que edifica tanto a cada um quanto ao próximo (1Co 6.12; 10.23). Além disso, em sua carta a Tito, Paulo critica os cretenses por suas atitudes contraditórias em relação à fé que professavam (Tt 1.10-16).

Os livros poéticos da Bíblia, oferece uma ampla gama de perspectivas sobre a conduta humana e a vida espiritual. Nos Salmos, encontra-se uma busca ardente pela justiça e pela retidão, combinada com uma devoção profunda a Deus. O livro de Provérbios apresenta sabedoria prática para uma vida justa e próspera, enfatizando o temor ao Senhor, a honestidade e a humildade como virtudes essenciais. Eclesiastes convida à reflexão sobre o sentido da vida e a ética pessoal diante das incertezas humanas, buscando contentamento em Deus e sabedoria diante das vicissitudes da existência. Jó, por sua vez, explora a ética através

do sofrimento e da provação, desafiando a integridade moral em meio ao sofrimento injusto e destacando a fé, a paciência e a confiança na justiça divina como pilares éticos fundamentais.

Os profetas do Antigo Testamento, não apenas proclamaram a palavra de Deus e denunciaram injustiças sociais, mas também apresentaram uma ética de justiça, compaixão e compromisso com os oprimidos e marginalizados. Eles confrontaram as elites governantes por sua corrupção moral e social, exortaram o povo à prática da justiça e ao cuidado dos necessitados, enfatizando que o verdadeiro culto a Deus inclui uma vida de integridade e retidão (Is 1.17; Jr 22.3; Ez 18.5-9).

Em resumo, a ética bíblica se fundamenta no amor, na justiça e na busca pela santidade. O amor, conforme exemplificado por Cristo, implica em renúncia própria e cuidado pelos interesses dos outros (Fp 2.3-8). A justiça é valorizada acima de rituais externos, como sacrifícios, refletindo o desejo divino por retidão (Pv 213). Por fim, a santidade, inspirada na natureza santa de Deus, convoca os crentes a se distanciarem das práticas corruptas do mundo e a viverem em conformidade com o padrão moral divino (1Pe 1.15-16). Assim, a ética bíblica não se limita a um conjunto de regras, mas é um testemunho vivo do relacionamento transformador entre o Criador e suas criaturas, guiando os crentes rumo a um crescimento moral e espiritual pleno.

3.2 Ética na perspectiva Grega

O estudo e a reflexão ética profunda remontam à Grécia Antiga, onde os filósofos gregos se dedicaram a compreender não apenas a conduta humana, mas também as bases que fundamentam as normas morais e os princípios éticos. Originada do termo grego "*éthos*", que se refere ao caráter individual e aos costumes sociais, a ética antiga abarca uma diversidade de perspectivas, desde os questionamentos socráticos até as teorias aristotélicas sobre a felicidade e o bem supremo. [47]

Sócrates, pioneiro na abordagem ética, introduziu um método peculiar de questionamento constante, visando não apenas revelar a ignorância humana sobre temas éticos, mas também incentivar a reflexão crítica sobre as próprias crenças. Através do "*elenchos*", um método de investigação, Sócrates buscava alcançar um conhecimento mais profundo das virtudes, argumentando que a sabedoria é o caminho para a virtude. Para ele, conhecer o bem era inseparável de praticá-lo, lançando assim as bases para o que viria a ser o "intelectualismo ético".[48]

Por outro lado, Platão, discípulo de Sócrates, desenvolveu uma ética que transcende o mundo sensível, centrando-se na alma humana e em sua busca pela contemplação das Ideias eternas.[49] Para Platão, a ética não se limita à conduta terrena, mas prepara a alma para retornar ao mundo inteligível, onde reside o verdadeiro bem e justiça.[50] Sua visão da felicidade

[47] SANTAS, G. **Socrates**: Philosophy in Plato's Early Dialogues. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1979, p. 15.

[48] COOPER, J. M. **Knowledge, Nature, and the Good**: essays on ancient philosophy. Princeton: Princeton University, 1999, p. 102.

[49] IRWIN, T. H. **Plato's Ethics**. Oxford: Oxford University, 1995, p. 185.

[50] DEWEESE, Garrett. J.; MORELAND J. P. **Filosofia Concisa**: uma introdução aos principais temas filosóficos. São Paulo: Vida Nova, 2011, p. 89.

como resultado da disciplina moral e da harmonia entre razão e desejo influenciou profundamente a filosofia moral subsequente, destacando a importância da virtude como guia para uma vida ética plena.

Aristóteles, por sua vez, sistematizou a ética em sua obra "Ética a Nicômaco", distinguindo entre virtudes intelectuais e morais e argumentando que a felicidade humana é alcançada através da prática virtuosa. Para Aristóteles, a virtude moral não é apenas um conhecimento teórico, mas sim um hábito adquirido através da prática constante. Sua abordagem pragmática enfatizou a importância do equilíbrio entre razão e emoção na tomada de decisões éticas, refletindo um compromisso com a formação de hábitos que levam ao florescimento humano.[51]

A ética dos Dez Mandamentos e a ética grega convergem na valorização de princípios éticos universais como a honestidade e a justiça. No entanto, divergem na fonte e na natureza desses princípios, com os Mandamentos vistos como revelações divinas inquestionáveis e a ética grega baseada na razão e na reflexão filosófica.[52]

3.3 Códigos éticos em civilizações Antigas

Ao contrário dos gregos, que abordaram a ética de maneira filosófica, diversas outras civilizações desenvolveram conceitos mais práticos de ética através, principalmente, de suas legislações. Os egípcios, por exemplo, baseavam sua ética na ideia de harmonia e equilíbrio (*ma'at*), que permeava todas as áreas da vida, orientando comportamentos individuais e sociais em direção à ordem cósmica.[53] Suas leis, inscritas em códigos, focavam em punições proporcionais aos crimes cometidos, refletindo um senso de justiça que tinha raízes éticas na preservação da ordem social.

Na sociedade mesopotâmica, a ética era essencialmente codificada no famoso Código de Hamurabi, promulgado pelo rei da Babilônia por volta de 1754 a.C. Este código não apenas estabelecia leis escritas para regular a vida cotidiana, mas também refletia valores éticos fundamentais como justiça retaliativa, equidade nas punições e a manutenção da ordem social.[54] Além de suas implicações legais, o código oferecia compensações para vítimas e delineava responsabilidades claras para todos os cidadãos, evidenciando uma visão de ética ligada à coesão social e à preservação da hierarquia na antiga Mesopotâmia.

Na Índia antiga, os ensinamentos dos Vedas e dos Upanishads influenciaram profundamente a ética hindu, enfatizando o conceito de *dharma*, que se refere ao dever moral e à ordem cósmica. O *dharma* orientava não apenas as ações individuais, mas também as responsabilidades sociais e as relações interpessoais, formando a base de um sistema ético que buscava harmonizar o indivíduo com a sociedade e o cosmos.[55]

---

[51] BROADIE, S. **Ethics with Aristotle**. Oxford: Oxford University, 1991, p. 79.

[52] MILLER, F. D. **Ancient Greek Ethics**: an overview. Nova Iorque: Internet Encyclopedia of Philosophy, 2013, p. 67.

[53] ASSMANN, J. **The mind of Egypt**: history and meaning in the Time of the Pharaohs. Cambridge: Harvard University, 2001, p. 75.

[54] NEMET-NEJAT, K. R. **Daily Life in Ancient Mesopotamia**. Westport: Greenwood, 1998, p. 28.

[55] RADHAKRISHNAN, S. **Indian Philosophy**, Volume 1. Oxford: Oxford University, 1994, p. 91.

Os pontos de convergência dessas tradições éticas na antiguidade com os Dez mandamentos residem na valorização de princípios universais como a justiça, a honestidade e a responsabilidade social. No entanto, as diferenças são marcantes, pois os Dez Mandamentos são vistos como revelações divinas diretas de um único Deus, enquanto as legislações dos povos antigos geralmente derivavam de uma combinação de tradições religiosas, filosóficas e pragmáticas.[56]

3.4 Ética na Idade Média

Durante a Idade Média, a ética estava profundamente entrelaçada com a teologia cristã, influenciando tanto o pensamento filosófico quanto as práticas cotidianas. A visão predominante era a de uma ordem divina que permeava todas as esferas da vida humana, regulando não apenas as relações entre indivíduos, mas também estabelecendo princípios morais universais. Santo Agostinho, em suas obras como "A Cidade de Deus", explorou a natureza do bem e do mal à luz da vontade divina, argumentando que a virtude moral está intimamente ligada à busca pela harmonia com Deus.[57]

Por outro lado, Tomás de Aquino desenvolveu uma ética baseada na razão e na teologia, articulada em sua obra monumental "Summa Theologica". Para Aquino, a lei natural, derivada da razão e do plano divino, serve como fundamento para a moralidade humana, enquanto as virtudes teologais como fé, esperança e caridade orientam o comportamento moral em direção ao bem supremo.[58]

A ética na Idade Média também foi moldada pelos ideais cavaleirescos, exemplificados no código de conduta dos cavaleiros e nas ordens de cavalaria como os Templários. Estes guerreiros não apenas defendiam princípios de honra, coragem e lealdade, mas também estavam sujeitos a uma ética de serviço e proteção aos mais fracos, inspirados por ideais cristãos de serviço desinteressado.[59]

Além das influências cristãs, a filosofia islâmica também desempenhou um papel significativo na ética medieval, especialmente através das obras de filósofos como Avicena e Averróis. Avicena, em sua obra "A Cura", explorou temas éticos relacionados à virtude, argumentando que a ética deve estar em consonância com a razão e a verdade religiosa para alcançar o florescimento humano.[60]

A vida monástica medieval também foi um campo fértil para o desenvolvimento da ética, onde ordens como os beneditinos e cistercienses praticavam uma disciplina moral rigorosa baseada na obediência, pobreza e castidade, refletindo um compromisso com a perfeição espiritual e a comunhão com Deus.[61]

---

[56] CHILDS, 1974, p. 412.
[57] AGOSTINHO, S. **A Cidade de Deus**. São Paulo: Paulus, 1984, p. 315.
[58] AQUINO, T. de. **Summa Theologica**. Notre Dame: University of Notre Dame, 1989, p. 112.
[59] BENNETT, M. **The Templars**. Stroud: Sutton Publishing, 1993, p. 45.
[60] AVICENA**. The Cure**. Provo: Brigham Young University, 1989, p. 228.
[61] LECLERCQ, J. **The Love of Learning and the Desire for God**: a study of monastic culture. Bronx: Fordham University, 1993, p. 72.

Por fim, enquanto os Mandamentos fornecem diretrizes claras sobre conduta moral e adoração, a ética medieval expandiu esses princípios para abordar questões teológicas complexas, como a natureza do pecado e da redenção. Apesar das interpretações variadas ao longo do tempo, ambos os sistemas éticos buscaram promover uma sociedade justa e moralmente responsável, embora suas aplicações práticas e ênfases possam ter diferido conforme as necessidades e os contextos históricos.[62]

3.5 Kant e a fundamentação da Ética Moderna

Immanuel Kant, em sua obra "Fundamentação da Metafísica dos Costumes", estabeleceu um marco fundamental na ética moderna ao propor uma abordagem deontológica. Para Kant, a moralidade não depende das consequências das ações, mas sim da obrigação moral intrínseca que deriva da razão prática pura.[63] Ele formulou o imperativo categórico como uma regra moral absoluta: "Age apenas segundo uma máxima tal que possas querer ao mesmo tempo que se torne lei universal".[64] Isso significa que a ética deve ser baseada no respeito pela dignidade humana e na conformidade com deveres universais que se aplicam a todos os seres racionais.

Além de Kant, outros pensadores modernos contribuíram significativamente para o desenvolvimento da ética. Por exemplo, John Stuart Mill, no utilitarismo, enfatizou a maximização da felicidade como critério ético, onde as ações são julgadas pelos seus resultados positivos para o maior número de pessoas.[65] Ao contrário de Kant, Mill valoriza as consequências das ações como determinantes da sua moralidade, defendendo uma abordagem consequencialista. [66]

Por outro lado, Friedrich Nietzsche questionou os fundamentos tradicionais da ética, propondo uma crítica radical das noções de bem e mal como valores absolutos.[67] Para Nietzsche, a moralidade deve ser subjetiva e expressar a vontade de poder individual, desafiando as normas estabelecidas em favor de uma ética baseada na superação pessoal e na criatividade.

Já Jean-Paul Sartre, no existencialismo, argumentou que a ética deve surgir da liberdade individual de escolha e responsabilidade pela própria existência.[68] Ele rejeitou qualquer essência humana pré-determinada ou valores universais, enfatizando a necessidade de cada indivíduo criar seus próprios princípios éticos através de escolhas autênticas. Esta perspectiva não apenas desafia concepções tradicionais de moralidade, mas também tem ganhado relevância crescente nas correntes sociais contemporâneas.

Portanto, enquanto os Dez Mandamentos oferecem uma base moral absoluta e divinamente revelada, a ética moderna se caracteriza pela pluralidade de abordagens e

[62] BAINTON, R. H. **The Medieval Church**. Princeton: Princeton University, 1950, p. 217.
[63] KANT, I**. Fundamentação da metafísica dos costumes**. Mesquita: XYZ, 1785, p. 30
[64] KANT, 1785, p. 41.
[65] MILL, J. S. **Utilitarianism**. Londres: ABC, 1863, p. 45.
[66] DEWEESE, 2011, p. 88.
[67] NIETZSCHE, F. (1887). **On the genealogy of morality**. Combridge: DEF, 1887, p. 72.
[68] SARTRE, J.-P. **Being and Nothingness**. GHI, 1943, p. 89.

interpretações filosóficas sobre a moralidade humana. Defendendo desde abordagens consequencialistas, voltadas a uma moral autônoma do indivíduo, até uma ética baseada na vontade do poder.

3.6 Ética em outras religiões

Ao explorar a ética em diversas religiões, é possível observar tanto semelhanças marcantes quanto diferenças significativas entre suas abordagens. Princípios éticos fundamentais, como justiça, honestidade e responsabilidade social, são amplamente compartilhados, sugerindo uma ética universal que transcende fronteiras culturais. Por exemplo, a proibição do roubo e da mentira é comum em várias tradições religiosas. No entanto, as interpretações específicas desses princípios variam devido a seus contextos culturais, históricos e teológicos distintos.

3.6.1 Islamismo

A ética no islamismo é profundamente enraizada nos ensinamentos do Alcorão e nas tradições do Profeta Muhammad (Hadith). Esses textos, sagrados para os islâmicos, estabelecem os princípios fundamentais que orientam o comportamento moral e social dos muçulmanos. O Alcorão enfatiza a importância da justiça, misericórdia, e responsabilidade social, promovendo uma vida de integridade e piedade. Além disso, os ensinamentos islâmicos enfatizam a submissão à vontade de Deus (Allah) como a base para todas as ações éticas, refletindo um compromisso com a fé que permeia todas as esferas da vida humana.[69]

No islamismo, a justiça (*'adl*) é um dos princípios centrais que devem ser aplicados tanto na vida pessoal quanto na vida comunitária. O Alcorão frequentemente menciona a importância de agir com justiça e equidade, independentemente das circunstâncias. Em várias passagens, é enfatizado que a justiça deve prevalecer mesmo que isso implique em testemunhar contra si mesmo ou contraparentes próximos (Alcorão 4:135). Críticos, entretanto, apontam que a aplicação da justiça pode variar significativamente dependendo do contexto cultural e jurídico de diferentes países islâmicos, o que pode levar a inconsistências na prática.[70]

A responsabilidade social também ocupa um lugar central na ética islâmica. O conceito de Zakat, ou caridade obrigatória, é um dos cinco pilares do islamismo e exige que os muçulmanos doem uma parte de sua riqueza aos necessitados. Este princípio não é apenas um ato de generosidade, mas uma obrigação moral e religiosa que visa reduzir a desigualdade e promover a justiça social. Além disso, a ética islâmica incentiva a realização de atos voluntários de caridade (Sadaqah), que são altamente valorizados. No entanto, apesar dessas diretrizes, críticos argumentam que os índices de desigualdade observados em muitos países islâmicos indicam que o Zakat, por si só, não é suficiente para resolver os profundos problemas de desigualdade econômica e social.[71]

[69] ESPOSITO, J. L**. Islam**: the straight path. Oxford: Oxford University, 2003, p. 25.
[70] SAEED, 2007, p. 123.
[71] SAEED, 2007, p. 145.

Outros aspectos essenciais da ética islâmica são a integridade pessoal e a sinceridade (*ikhlas*). Os muçulmanos são incentivados a agir com honestidade e a evitar a hipocrisia em todas as áreas da vida. A intenção por trás das ações é de suma importância; ações realizadas com sinceridade e para agradar a Deus são consideradas superiores às realizadas por motivos egoístas ou superficiais. Este foco na intenção demonstra que a ética islâmica vai além das ações exteriores, abrangendo o estado interno do coração e da mente.[72]

A ética islâmica, apesar de seus ensinamentos sobre justiça, misericórdia e responsabilidade social, enfrenta críticas devido ao tratamento desigual das mulheres. A Sharia, ou lei islâmica, é frequentemente citada por criar desigualdade de gênero em áreas como herança, testemunho judicial e direitos matrimoniais, onde a herança das mulheres e o valor de seu testemunho são metade dos homens[73]. As leis de casamento e divórcio também tendem a favorecer os homens, restringindo as liberdades femininas.[74] Críticos argumentam que essas práticas perpetuam a desigualdade e contrariam os princípios do Alcorão, enquanto defensores afirmam que refletem responsabilidades sociais distintas.[75] A tensão entre tradição e modernidade alimenta debates sobre a necessidade de reformar a interpretação da ética islâmica para promover maior igualdade de gênero.

A ética muçulmana e os Dez Mandamentos compartilham semelhanças em aspectos como justiça, honestidade e responsabilidade social. No entanto, apresentam divergências significativas em outros pontos. A principal diferença reside no fato de que a Sharia atribui diferentes direitos e responsabilidades a homens e mulheres, enquanto os Dez Mandamentos estabelecem uma base moral universal sem especificar desigualdades de gênero.

3.6.2 Hinduísmo

A ética no hinduísmo é fundamentada em um conjunto de valores e princípios que visam orientar o comportamento humano em direção à harmonia espiritual e social. No centro dessa ética está o conceito de Dharma, que representa a lei cósmica e a ordem moral que governa o universo. O Dharma varia de acordo com a idade, ocupação, gênero e contexto social de cada indivíduo, refletindo a complexidade e a adaptabilidade da ética hindu. Este conceito é explorado em textos como os Vedas e os Upanishads, que fornecem diretrizes sobre a conduta correta em diversas esferas da vida.[76]

Outro pilar central da ética hindu é o conceito de Ahimsa, ou não-violência, que foi popularizado mundialmente por Mahatma Gandhi. Ahimsa preconiza a ausência de violência em pensamento, palavra e ação, promovendo a paz e a harmonia entre os seres vivos. Este princípio é amplamente discutido no Bhagavad Gita, onde Krishna aconselha Arjuna a adotar a não-violência como uma forma de vida moralmente elevada.[77]

[72] ESPOSITO, 2003, p. 45.
[73] RAHMAN, F. **Major Themes of the Qur'an**. Chicago: University of Chicago, 1989, p. 102.
[74] ALI, A. **Ethical Dilemmas in Islamic Law**. Cambridge: Cambridge University, 2006, p. 148.
[75] SAEED, 2007, p. 169.
[76] RADHAKRISHNAN, S. **The Principal Upanishads**. Nova Iorque: Harper, 1956, p. 112.
[77] GANDHI, M. K. **The story of my experiments with truth**. Ahmedabad: Navajivan Publishing House, 1927, p. 59.

A ética hindu também enfatiza os quatro objetivos da vida humana, conhecidos como Purusharthas: Dharma (dever), Artha (prosperidade), Kama (prazer) e Moksha (libertação espiritual). Estes objetivos são vistos como etapas inter-relacionadas que devem ser equilibradas para alcançar uma vida harmoniosa e plena. O Manusmriti, um texto antigo de leis e condutas, detalha como cada indivíduo deve buscar esses objetivos em diferentes fases da vida, guiando o comportamento ético e moral.[78]

No entanto, a ética hindu enfrenta críticas, particularmente em relação ao sistema de castas, que tem sido uma característica histórica do hinduísmo. O sistema de castas, baseado em ideias de pureza e impureza, tem sido criticado por perpetuar desigualdades sociais e discriminação. Muitos críticos apontam que, embora os textos sagrados como o Bhagavad Gita falem da igualdade espiritual de todos os seres, na prática, o sistema de castas contraria esses ensinamentos, promovendo divisões sociais rígidas.[79] A ética hindu, portanto, é vista como complexa e multifacetada, contendo elementos tanto de profunda sabedoria espiritual quanto de práticas sociais controversas.

A ética hindu, assim como os Dez Mandamentos, enfatiza a aversão ao roubo e à violência, além de promover a honestidade. No entanto, a tradição hindu apresenta diferenças marcantes, como a distinção social baseada no sistema de castas, algo inexistente na Lei Mosaica. Além disso, a ética hindu carece de uma autoridade central ou de um conjunto fixo de mandamentos, resultando em maior flexibilidade e diversidade na aplicação de seus princípios éticos.

3.6.3 Budismo

A ética budista é estruturada em torno do Nobre Caminho Óctuplo, que é compreendido como uma forma de alcançar a libertação do sofrimento e a iluminação. Esse caminho é composto por oito práticas interligadas que incluem a compreensão correta, a intenção correta, a fala correta, a ação correta, o meio de vida correto, o esforço correto, a atenção plena correta e a concentração correta.[80] Cada uma dessas práticas tem como objetivo cultivar a sabedoria, a ética e a meditação, elementos essenciais para o desenvolvimento espiritual no budismo. Através dessas práticas, os budistas são incentivados a agir de maneira ética, a desenvolver um estado mental equilibrado e a adquirir uma compreensão profunda da natureza da realidade.

Outro aspecto central da ética budista é o princípio da não-violência, ou ahimsa. Este princípio preconiza a ausência de violência em pensamento, palavra e ação, e é fundamental para a moralidade budista.[81] A não-violência é refletida nos cinco preceitos básicos que todos os budistas são incentivados a seguir: abster-se de matar seres vivos, de tomar o que não é

[78] BUHLER, G. **The Laws of Manu**. Oxford: Clarendon, 1886, p. 72.
[79] AMBEDKAR, B. R. **Annihilation of Caste**. Lahore: The Annual Conference of the Jat-Pat Todak Mandal of Lahore, 1936, p. 22.
[80] HARVEY, P. **An Introduction to Buddhist Ethics**. Cambridge: Cambridge University, 2000, p. 42.
[81] HARVEY, 2000, p. 67.

dado, de conduta sexual imprópria, de discurso incorreto e de consumir intoxicantes (drogas e bebidas alcoólicas, por exemplo).[82]

A ética budista também enfatiza a importância da intenção por trás das ações. De acordo com o budismo, não é apenas o ato em si que é moralmente significativo, mas a motivação que o impulsiona.[83] A prática da intenção correta implica agir com compaixão, generosidade e sabedoria, evitando ações motivadas por ganância, ódio e ignorância. Este foco na intenção destaca a visão budista de que a ética não é apenas uma questão de comportamento externo, mas também de cultivo interno da mente e do coração. Através da meditação e da reflexão, os budistas buscam purificar suas intenções e alinhar suas ações com os princípios éticos.

Ao comparar a ética budista com os Dez Mandamentos, emergem tanto semelhanças quanto diferenças notáveis. Ambos os sistemas enfatizam princípios éticos fundamentais como a honestidade, a não-violência e a responsabilidade social. No entanto, enquanto os Dez Mandamentos são vistos sob a ótica do que é correto aos olhos de Deus, a ética budista se baseia na auto-regulação e na prática pessoal de desenvolvimento espiritual. Além disso, a moralidade budista está profundamente conectada ao princípio do karma, segundo o qual as ações têm consequências diretas nas vidas futuras

3.6.4 Confucionismo

A ética confucionista, fundamentada nos ensinamentos do filósofo chinês Confúcio, valoriza a harmonia social, a moralidade e o respeito pelas hierarquias familiares e sociais. Confúcio enfatizava a importância das cinco relações fundamentais: governante e súdito, pai e filho, marido e esposa, irmão mais velho e irmão mais novo, e amigo e amigo. Essas relações refletem uma ética que valoriza a ordem, a reciprocidade e a responsabilidade mútua, buscando promover a estabilidade e a harmonia na sociedade.[84]

Outro aspecto central da ética confucionista é a ênfase na virtude pessoal e no autocultivo. Confúcio acreditava que o desenvolvimento moral individual era essencial para uma sociedade harmoniosa. Princípios como *ren* (benevolência), *yi* (justiça) e *li* (propriedade) são fundamentais para o comportamento ético, guiando os indivíduos a agirem de maneira correta e a manterem relações sociais saudáveis. A prática dessas virtudes leva ao desenvolvimento de um caráter nobre e exemplar, a fim de influenciar a comunidade a que se pertence.[85]

A educação e o aprendizado contínuo também são pilares importantes da ética confucionista. Confúcio via a educação como um meio de alcançar a virtude e a sabedoria. Ele incentivava seus discípulos a estudarem os clássicos, a refletirem sobre suas ações e a se esforçarem para melhorar constantemente. A educação não era apenas um fim em si mesma,

[82] KEOWN, D**. Buddhist Ethics**: a very short introduction. Oxford: Oxford University, 2005, p. 83.
[83] KEOWN, 2005, p. 47.
[84] CONFÚCIO. **The Analects of Confucius**. Nova Iorque: Dover, 1997, p. 54.
[85] CONFÚCIO, 1997, p. 92

mas um caminho para a autorrealização e para a construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa.[86]

Ao comparar a ética confucionista com os Dez Mandamentos, observa-se semelhanças nos preceitos éticos fundamentais, como ocorre também com o budismo. As principais diferenças, no entanto, residem na ênfase e na fonte de autoridade. Nos Dez Mandamentos, a moralidade está profundamente enraizada no relacionamento com Deus e na Sua vontade para as nossas vidas. Em contraste, a ética confucionista é estritamente secular, focada na moralidade humana e nas relações sociais, sem referências ao divino. É importante destacar que, embora o confucionismo seja adotado por muitos como uma religião, seu objetivo inicial era fornecer uma exposição filosófica e moral da vida, sem tratar de temas comuns às demais religiões, como a vida após a morte ou divindades.

4. RELEVÂNCIA CONTEMPORÂNEA

Os Dez Mandamentos têm uma relevância contemporânea significativa, influenciando diversas esferas da ética pessoal. Eles estabelecem diretrizes fundamentais para o comportamento humano, promovendo valores como honestidade, respeito e responsabilidade. Esses princípios são essenciais para a convivência harmoniosa e a manutenção de uma sociedade justa. Autores como C. S. Lewis destacam a universalidade desses princípios, argumentando que eles refletem um código moral inerente à natureza humana, independentemente de crenças religiosas específicas.[87] A ética pessoal, fundamentada nesses mandamentos, ajuda a moldar comportamentos que respeitam a dignidade humana e a justiça.

A relevância jurídica dos Dez Mandamentos é evidente nas legislações de muitos países ao redor do mundo. No Brasil, por exemplo, o Código Penal proíbe o homicídio (Art. 121), o furto (Art. 155) e o perjúrio (Art. 342), refletindo diretamente os mandamentos de não matar, não roubar e não dar falso testemunho.[88] De forma similar, nos Estados Unidos, muitos aspectos do sistema jurídico são influenciados por esses princípios bíblicos, demonstrando sua duradoura influência na promoção da justiça e da ordem social.[89]

A questão do adultério é outro exemplo de como os Dez Mandamentos influenciam a legislação contemporânea. Em países como Filipinas, Taiwan, Arábia Saudita, Iêmen, Sudão, Paquistão, entre outros, o adultério ainda é considerado um delito que pode ter implicações que vão desde multas até penas de prisão.[90] A índia aboliu sua lei anti-adultério recentemente

[86] TU, W. **Confucian thought**: selfhood as creative transformation. Nova Iorque: State University of New York, 1985, p. 173.

[87] LEWIS, C. S. **Mere Christianity**. Nova Iorque: HarperCollins, 1952, p. 20.

[88] **Código Penal.** Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf.> Acesso em 21 jun 24.

[89] CARTER, S. L. **The ten commandments and their influence on American Law**. Williamsburg: William & Mary Law Review, 1998, p. 103.

[90] EXAME. ONU questiona que adultério seja crime em muitos países. Publicado em 18 out 2012. Disponível em: https://exame.com/mundo/onu-questiona-que-adulterio-seja-crime-em-muitos-paises/ Acesso em 21 jun 24.

em 2018 e a Coréia do Sul derrubou em 2015 uma lei que criminalizava o adultério com até dois anos de prisão. Nos Estados Unidos o número de estados que ainda consideravam o adultério crime em 2019 era de 23 estados, embora na prática essas leis nem sempre sejam cumpridas no caso americano.[91]

No contexto contemporâneo do mundo virtual, os Dez Mandamentos encontram novas aplicações. A questão da ética nas redes sociais e na robótica, por exemplo, pode ser orientada por esses princípios. A honestidade e a veracidade, destacadas no mandamento de não dar falso testemunho, são cruciais na era digital, onde a disseminação de informações falsas e a manipulação de dados são problemas recorrentes. Além disso, a consideração pelo bem-estar humano nas interações online e no desenvolvimento de inteligência artificial pode ser guiada pelos princípios de respeito e justiça dos Dez Mandamentos.[92]

Outros desafios contemporâneos relevantes incluem a pesquisa com células-tronco e o aborto, que são questões éticas complexas envolvendo considerações sobre o valor da vida humana. O mandamento "Não matarás" oferece uma perspectiva que valoriza a vida desde sua concepção, influenciando debates e políticas relacionadas a esses temas delicados. A ética derivada dos Dez Mandamentos promove uma abordagem que respeita a dignidade e os direitos de todos os envolvidos.[93] Esse princípio pode orientar a pesquisa científica de maneira que não comprometa a moralidade e a dignidade humana.

O mandamento de honrar pai e mãe também tem uma relevância contemporânea significativa. Em muitas culturas ocidentais, há uma tendência crescente de negligência dos idosos, contrastando com culturas asiáticas, onde o respeito e o cuidado com os pais são profundamente enraizados e praticados até o fim da vida. Esse mandamento destaca a importância de reconhecer e respeitar a contribuição dos pais, promovendo uma sociedade mais justa e compassiva.[94] As práticas culturais que valorizam o cuidado com os idosos refletem um compromisso com a ética familiar e social, presentes da Lei Mosaica.

Os Dez Mandamentos também encontram relevância nas áreas de direitos humanos e justiça social. Os princípios de não roubar e não dar falso testemunho, por exemplo, são fundamentais para a integridade dos sistemas econômicos e legais. Eles promovem a honestidade nas transações e a verdade nos testemunhos, o que é essencial para a justiça e a equidade. A influência desses mandamentos pode ser vista em várias declarações e convenções de direitos humanos que protegem contra a corrupção e a injustiça.[95]

Além disso, os Dez Mandamentos oferecem uma estrutura moral que pode ser adaptada às mudanças sociais e tecnológicas. No mundo em constante evolução, os princípios de respeito, honestidade, e justiça permanecem relevantes, fornecendo um guia moral em meio

[91] Publicado em 3 nov 19. https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/responsavel-por-formular-lei-de-adulterio-na-indonesia-e-acoitado-por-cometer-adulterio.shtml#:~:text=Em%20outros%20pa%C3%ADses%20de%20maioria,anti%2Dadult%C3%A9rio%20somente%20em%202018. Acesso em 21 jun 24.

[92] FLORIDI, L. **The ethics of information**. Oxford: Oxford University, 2013, p. 59.

[93] GEORGE, R. P. **Embryo ethics**: the moral logic of stem-cell research. The New Atlantis, 2001, p. 88.

[94] SINGER, P. **Practical Ethics**. Cambridge: Cambridge University, 1993, p. 132.

[95] MACINTYRE, A. **After virtue**: a study in moral theory. Notre Dame: University of Notre Dame, 1984, p. 57.

às novas situações éticas que surgem. Por exemplo, o uso de inteligência artificial e big data deve ser regulado por considerações éticas que garantam a privacidade e a segurança dos indivíduos, refletindo os princípios dos mandamentos.[96]

Portanto, os Dez Mandamentos continuam a ser uma referência ética vital em diversos aspectos da vida contemporânea, desde a moralidade pessoal até a legislação, as práticas sociais, os desafios tecnológicos e as questões bioéticas. Eles fornecem um alicerce sólido para a promoção de uma sociedade justa e moralmente responsável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os quatro primeiros mandamentos, que tratam da relação com Deus, não são, e provavelmente nunca serão universalmente reconhecidos, devido à diversidade de crenças religiosas. Nem todas as pessoas reconhecem a existência de Deus e, portanto, não compartilham dos mesmos fundamentos religiosos. No entanto, os demais mandamentos, que orientam as relações interpessoais, apresentam princípios éticos encontrados em diferentes tradições morais, ainda que sua interpretação e aplicação variem conforme os contextos históricos e culturais.

Por fim, é essencial reconhecer que, apesar das mudanças culturais e das variações no que é considerado eticamente aceitável, os Dez Mandamentos mantêm seu valor e sua relevância há mais de três mil anos. Assim, eles não apenas moldaram a moralidade e a legislação ao longo da história, mas também continuam a influenciar normas e valores contemporâneos. Seus preceitos podem ser considerados uma importante referência para a construção de uma base ética amplamente compartilhada, embora nem todos sejam universalmente aceitos.

Diante do que foi exposto, pode-se concluir que os Dez Mandamentos oferecem uma base ética de ampla relevância, embora sua validade universal precise ser compreendida em diferentes sentidos. Enquanto os mandamentos relacionados à relação com Deus pressupõem convicções religiosas que não são compartilhadas por toda a humanidade, aqueles que orientam as relações interpessoais apresentam princípios que encontram correspondências em diferentes tradições éticas. Entretanto, a presença de princípios semelhantes em diferentes sociedades não significa que todos os mandamentos sejam universalmente aceitos, tampouco que sejam interpretados ou aplicados da mesma maneira.

Na perspectiva humana, portanto, os Dez Mandamentos representam uma importante referência ética, cuja influência permanece evidente na história e na sociedade contemporânea. Na perspectiva teológica cristã, porém, sua autoridade como expressão da vontade de Deus fundamenta a compreensão de sua validade moral, independentemente de seu reconhecimento social. Assim, os Dez Mandamentos continuam a contribuir significativamente para a reflexão ética, tanto por sua relevância histórica e cultural quanto por seu papel como fundamento moral na fé cristã.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, S. A **Cidade de Deus**. São Paulo: Paulus, 1984.

[96] BOSTROM, N. Superintelligence: paths, dangers, strategies. Oxford: Oxford University, 2014, p. 89.

ALI, A. **Ethical Dilemmas in Islamic Law**. Cambridge: Cambridge University, 2006.

AMBEDKAR, B. R. **Annihilation of Caste, Lahore, India**: The Annual Conference of the Jat-Pat Todak Mandal of Lahore, 1936.

AQUINO, T. de. **Summa Theologica**. Notre Dame: University of Notre Dame, 1989.

ASSMANN, J. **The Mind of Egypt**: History and Meaning in the Time of the Pharaohs. Cambridge: Harvard University, 2001.

AVICENA. **The Cure**. Provo, EUA: Brigham Young University, 1989.

ÁVILA, F. B. **Introdução à Sociologia**, Rio de Janeiro: Agir, 1981.

BAINTON, R. H. **The Medieval Church**. Princeton: Princeton University, 1950.

BENNETT, M. **The Templars**. Stroud: Sutton Publishing, 1993.

BONHOEFFER, D. **Ethics**. Guildford: Touchstone, 1943.

BOSTROM, N. **Superintelligence**: Paths, Dangers, Strategies. Oxford: Oxford University, 2014.

BROADIE, S. **Ethics with Aristotle**. Oxford, Inglaterra: Oxford University, 1991.

BRUEGGEMANN, W. **Sabbath as resistance**: saying no to the culture of now. Louisville: Westminster John Knox, 2014.

BRUEGGEMANN, W. **Theology of the Old Testament**: Testimony, Dispute, Advocacy. Minneapolis: Fortress, 2001.

BUHLER, G. **The Laws of Manu**. Oxford: Clarendon, 1886.

CALVINO, J. **As Institutas ou Tratado da Religião Cristã**. São Paulos: CEP, 1985.

CAMARGO E. J. C. **Estudos de problemas brasileiros**. São Paulo: Atlas, 1984.

CARTER, S. L**. The ten commandments and their influence on American Law**. Williamsburg, EUA: William & Mary Law Review, 1998.

CHAGAS, T. **'The Chosen': série viola ordens bíblicas e desperta idolatria, criticam pastores.** Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/the-chosen-viola-biblicas-idolatria-pastores-163843.html> Acesso em 22 jun 24.

CHILDS, B. S. **The Book of Exodus**: a critical, theological commentary. Louisville: Westminster John Knox, 1974.

CÓDIGO PENAL. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf.> Acesso em 21 jun 24.

CONFÚCIO. **The Analects of Confucius**. Nova Iorque: Dover Publications, 1997.

COOPER, J. M. **Knowledge, Nature, and the Good**: Essays on Ancient Philosophy. Princeton: Princeton University, 1999.

DEWEESE, Garrett. J.; MORELAND J. P. **Filosofia concisa**: uma introdução aos principais temas filosóficos. São Paulo: Vida Nova, 2011.

DURHAM, J. I. **Exodus**. Grand Rapids: Zondervan, 2017.

ESPOSITO, J. L. **Islam**: The Straight Path. Oxford: Oxford University, 2003.

EXAME. **ONU questiona que adultério seja crime em muitos países**. Publicado em 18 out 2012. Disponível em: https://exame.com/mundo/onu-questiona-que-adulterio-seja-crime-em-muitos-paises/ Acesso em 21 jun 24.

FLORIDI, L. **The Ethics of Information**. Oxford: Oxford University, 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO, Publicado em 3 nov 19. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/responsavel-por-formular-lei-de-adulterio-na-indonesia-e-acoitado-por-cometer-adulterio.shtml#:~:text=Em%20outros%20pa%C3%ADses%20de%20maioria,anti%2Dadult%C3%A9rio%20somente%20em%202018. Acesso em 21 jun 24.

FRETHEIM, T. E. **Exodus**. Louisville: Westminster John Knox, 1991.

GANDHI, M. K. **The story of my experiments with truth**. Ahmedabad: Navajivan, 1927.

GEORGE, R. P. **Embryo ethics**: the moral logic of stem-cell research. The New Atlantis, 2001.

HARVEY, P. **An introduction to buddhist ethics**. Cambridge: Cambridge University, 2000.

HOLLENBACH, D. **The common good and christian ethics**. Cambridge University, 2002.

HORTON, M. **A lei da perfeita liberdade**: a ética bíblica a partir dos Dez Mandamentos. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.

IMSCHOOT, P. V. **Imagens**, in: Dicionário Enciclopédico da Bíblia. São Paulo: Vozes, 1977.

IRWIN, T. H. **Plato's Ethics**. Oxford: Oxford University, 1995.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Mesquita: XYZ, 1785.

KARDEC, A. **O Livro dos Espíritos**. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 1857.

KEOWN, D. **Buddhist Ethics**: A Very Short Introduction. Oxford: Oxford University, 2005.

LECLERCQ, J. **The love of learning and the desire for God**: a study of monastic culture. Bronx: Fordham University, 1993.

LEWIS, C. S. **Mere Christianity**. Nova Iorque: HarperCollins, 1952.

LUTERO, M. **Livro de Concórdia**: as confissões da Igreja Evangélica Luterana. São Leopoldo: Sinodal. 1982.

MACINTYRE, A. **After virtue:** a study in moral theory. Notre Dame: University of Notre Dame, 1984.

MILL, J. S. **Utilitarianism**. Londres: ABC, 1863.

MILLER, F. D. **Ancient greek ethics: an overview**. Nova Iorque: Internet Encyclopedia of Philosophy, 2013.

MOLNAR, T. **The pagan temptation**. São Francisco: Ignatius, 2005.

NEMET-NEJAT, K. R. **Daily life in Ancient Mesopotamia**. Westport: Greenwood, 1998.

NIETZSCHE, F. (1887). **On the Genealogy of Morality**. Cambridge: DEF, 1887.

PEARLMAN, M. **Através da Bíblia livro por livro**. Rio de Janeiro: CPAD, 1964.

RADHAKRISHNAN, S. **Indian Philosophy.** Oxford: Oxford University, 1994. Volume 1.

RADHAKRISHNAN, S. **The Principal Upanishads**. Nova Iorque: Harper, 1956.

RAHMAN, F. **Major Themes of the Qur'an**. Chicago: University of Chicago, 1989.

REIFLER, H. U. **A ética dos Dez Mandamentos**. São Paulo: Vida Nova, 1992.

SAEED, A. **Islamic thought**: an introduction. Londres: Routledge, 2007.

SANTAS, G. **Socrates**: philosophy in Plato's early dialogues. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1979.

SARTRE, J.-P. **Being and Nothingness**. GHI, 1943.

SINGER, P. **Practical Ethics**. Cambridge: Cambridge University, 1993.

SMITH, G. **William Carey and the Reform of Sati**. Cambridge: Journal of Ecclesiastical History, 1990.

SMITH, J. **O Livro de Mórmon**. Salt Lake City: The Church of Jesus Christ of Latter-day Saints, 1830.

SOUZA, Renan D. **O ensino da Bíblia e a educação cristã**: reflexão teológica em Deuteronômio 6:4-9. Cachoeira: Revista Hermenêutica, 2013.

TELUSHKIN, J. **Biblical literacy**: the most important people, events, and ideas of the Hebrew Bible. Nova Iorque: William Morrow, 2000.

TU, W. **Confucian thought**: selfhood as creative transformation. Nova Iorque: State University of New York, 1985.

VON RAD, G. **Old Testament Theology**. The Theology of Israel's Historical Traditions. Nova Iorque: Harper & Row, 1966. Volume 1.

WATCH TOWER BIBLE AND TRACT SOCIETY. **Raciocínios à base das Escrituras**. Nova Iorque, EUA: Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania, 2006.

WEBER, M. **The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism**. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons, 1905.

WRIGHT, C. J. H. **Old Testament Ethics for the People of God**. Chambersburg: InterVarsity, 2004.

YOUNG, E. J. "**Sábado"** in: R. P. Shedd. O Novo Dicionário Bíblico. São Paulo: Vida Nova, 1962.